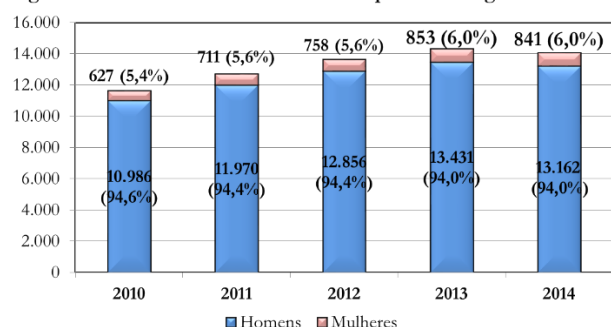


Estatísticas sobre reclusos nos estabelecimentos prisionais e jovens internados em centros educativos (2010-2014)

O presente documento pretende retratar a evolução de alguns indicadores sobre reclusos nos estabelecimentos prisionais e sobre jovens internados em centros educativos, entre os anos de 2010 e 2014.

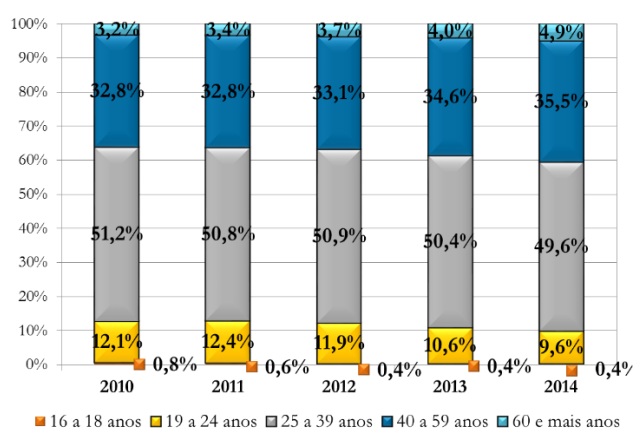
Figura 1 - Reclusos nos estabelecimentos prisionais segundo o sexo



Caracterização dos reclusos nos estabelecimentos prisionais¹

A **figura 1** permite verificar que entre os anos de 2010 e 2014 se registou um aumento de cerca de 20,6% no **número total de reclusos** nos estabelecimentos prisionais (passando de 11.613 em 2010 para 14.003 em 2014). Contudo, esse aumento não é uniforme, tendo sido de 34,1% no número de reclusos do sexo feminino e de 19,8% no número de reclusos do sexo masculino.

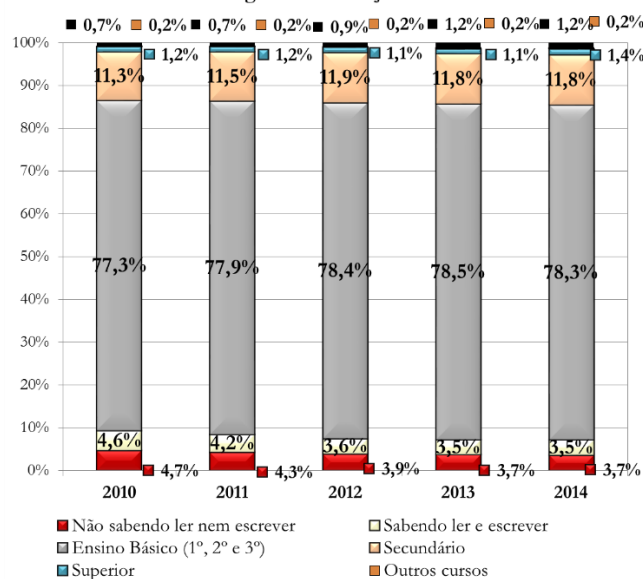
Figura 2 - Reclusos nos estabelecimentos prisionais segundo o escalão etário



A **figura 2** ilustra o peso dos vários **escalões etários** dos reclusos nos estabelecimentos prisionais. A tendência verificada é de um ligeiro aumento nos escalões etários a partir dos 40 anos e de uma diminuição nos restantes

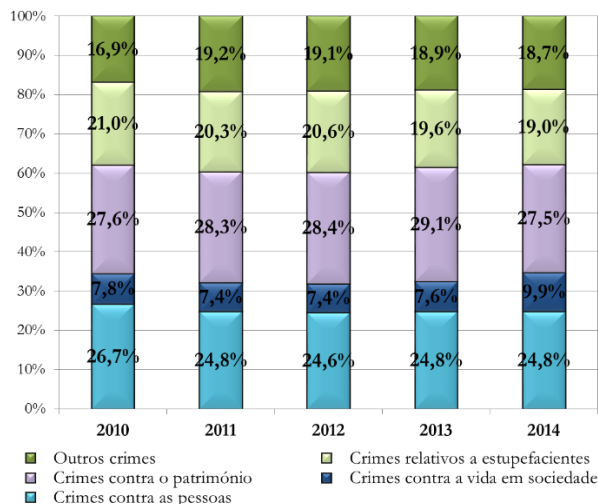
escalões etários dos reclusos. A categoria mais representativa é a dos indivíduos entre os 25 e os 39 anos. Esta categoria apresenta uma ligeira diminuição no seu peso, entre 2010 e 2014, passando de 51,2% para 49,6% do total. A segunda categoria mais representativa na estrutura etária é a dos indivíduos entre os 40 e os 59 anos que, no mesmo período, passou de 32,8% para 35,5% do total.

Figura 3 - Reclusos nos estabelecimentos prisionais segundo o grau de instrução



Relativamente ao peso dos vários **graus de instrução** (**figura 3**) verifica-se uma tendência de estabilidade, sendo a categoria mais representativa a correspondente ao ensino básico, com mais de 77% do peso total, em qualquer um dos anos. Entre 2010 e 2014 verificou-se uma ligeira redução do peso das categorias correspondentes a graus de instrução inferiores ao do ensino básico, que representavam, em 2010, 9,3% do total e que, em 2014, passaram a representar 7,2%. Nos mesmos anos verificou-se um ligeiro aumento da categoria correspondente ao ensino secundário, que em 2010 representava 11,3% e em 2014 passou a representar 11,8%.

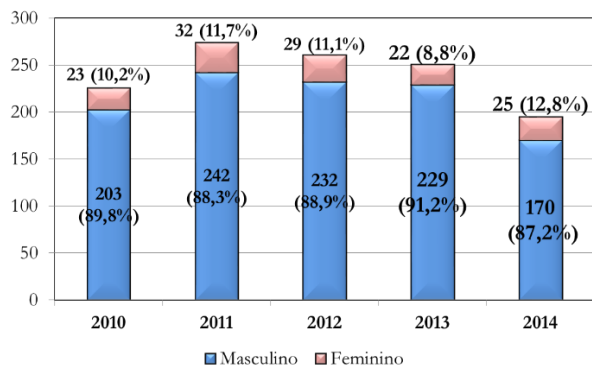
Figura 4 - Reclusos nos estabelecimentos prisionais segundo o tipo de crime



Por seu turno, a observação da distribuição dos reclusos em estabelecimentos prisionais, por *tipo de crime*² (figura 4) mostra também uma relativa estabilidade ao longo do período considerado. De destacar em 2014, face a 2010, uma redução em 2 pontos percentuais do peso dos reclusos que cometeram crimes relativos a estupefacientes, de 1,9 pontos percentuais do peso dos reclusos que cometeram crimes contra as pessoas e de 0,1 pontos percentuais no peso dos reclusos que cometeram crimes contra o património. Em sentido contrário, observa-se um aumento de 2,1 pontos percentuais no número de reclusos que cometeram crimes contra a vida em sociedade e de 1,8 pontos percentuais no número de reclusos que cometeram “outros crimes”. Não obstante, estas diminuições percentuais correspondem a um aumento, em termos absolutos, do número de reclusos nos estabelecimentos prisionais, entre 2010 e 2014.

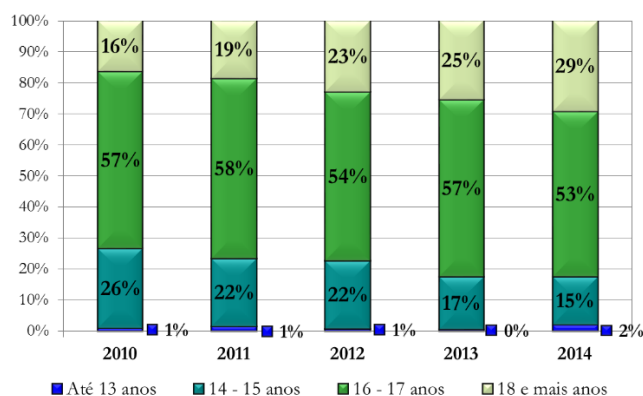
Caracterização dos menores em centros educativos

Figura 5 - Jovens internados em centros educativos segundo o sexo



Analizando o *número total de jovens internados em centros educativos* (figura 5) verifica-se que, entre os anos de 2010 e 2014, registou-se uma diminuição deste valor em cerca de 13,7% (passando de 226 em 2010 para 195 em 2014). Esta diminuição é devida a uma redução de 16,3% no número de jovens internados do sexo masculino ainda que acompanhada de um aumento de 8,7% no número de jovens internados do sexo feminino.

Figura 6 - Jovens internados em centros educativos segundo o escalão etário



Tendo em conta os *escalões etários* dos jovens internados em centros educativos (figura 6), observa-se uma tendência de decréscimo do peso dos escalões etários correspondentes a idades iguais ou inferiores a 17 anos (o peso destas categorias sofreu uma redução de 13 pontos percentuais entre 2010 e 2014). Esta redução é contrabalançada pelo aumento de cerca de 13 pontos percentuais no peso da categoria correspondente ao escalão etário entre os 18 e mais anos.

Notas de rodapé

¹ Não inclui reclusos militares.

² No Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ) já é possível consultar, a partir do ano 2013, o número de reclusos condenados existentes em 31 de dezembro por “crimes contra o Estado”. Na presente análise, de modo a permitir uma leitura histórica da distribuição dos reclusos por tipo de crime, optou-se por manter os “crimes contra o Estado” na categoria “outros crimes”.

Ficha técnica:

A Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) do Ministério da Justiça, de acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 163/2012, de 31 de Julho, tem por missão prestar apoio técnico, acompanhar e monitorizar políticas, assegurar o planeamento estratégico e a coordenação das relações externas e de cooperação, sendo ainda responsável pela informação estatística do sector da Justiça.

A Lei n.º 22/2008, de 13 de Maio, define as bases gerais, as linhas orientadoras e os princípios por que se rege o Sistema Estatístico Nacional (SEN), nomeadamente no que respeita à delegação de competências do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), IP noutras entidades.

Ao abrigo do disposto no artigo 24.º da Lei n.º 22/2008, de 13 de Maio, foi celebrado o protocolo pelo qual são delegadas na DGPJ competências do INE para a produção e a difusão de estatísticas oficiais da Justiça.

Como entidade delegada, a DGPJ fica sujeita ao cumprimento, na parte relevante, da Lei n.º 22/2008, de 13 de Maio, do Decreto-Lei n.º 166/2007, de 3 de Maio, assim como das normas estabelecidas na legislação comunitária, adotando o Código de Conduta para as Estatísticas Europeias e o Regulamento de Aplicação do Princípio do Segredo Estatístico do INE.

Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ)
Av. D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Pisos 2/3
1990-097 Lisboa, Portugal
Tel.: +351 217 924 000
Fax.: +351 217 924 090
E-mail: correio@dgpj.mj.pt
<http://www.dgpj.mj.pt>